

RESUMO

A tributação das manifestações de fortuna não justificadas, não só na sua expressão legal restrita mas também quando nela se incluem todas as situações de acréscimos patrimoniais e despesas ou consumos evidenciados, é um dos mecanismos encontrados para combater a evasão e fraude fiscais, especialmente intoleráveis numa época como a que hoje se vive de grave crise económica e financeira em Portugal e na Europa.

Trata-se de promover uma determinação da matéria tributável de natureza excepcional por avaliação indirecta, expressando, de alguma forma, o reconhecimento da incapacidade de, em alguns casos, tributar a real capacidade contributiva das pessoas singulares.

Em face da excepcionalidade da medida foi-lhe dispensada por um lado, um nível elevado de garantias, onde avulta a possibilidade de recurso directo com carácter urgente para os tribunais, e, por outro lado, dadas condições de eficácia relevantes como a inversão do ónus de prova e a possibilidade de derrogação do segredo bancário.

Quando os comportamentos evasivos que as manifestações de fortuna não justificadas denunciam aparecem ligados a fenómenos de corrupção discute-se a necessidade de, para além de aperfeiçoar a tributação mediante o instituto das manifestações de fortuna e a penalização por via do crime de fraude fiscal, se criar um novo tipo de crime: o de enriquecimento ilegítimo, ilícito ou injustificado.

ABSTRACT

Taxation of unjustified evidences of wealth, not only in its restricted legal expression but also when it includes assets increase and evidence of expenses and consumption, is one of the means of fighting tax evasion and fraud, which are particularly intolerable at times of severe economic and financial crisis in Portugal and in Europe.

The aim is to promote an exceptional assessment of the taxable income, resorting to indirect measurement, which expresses, in a certain manner, the recognition of the incapacity to, in some cases, tax the individuals' actual ability to pay taxes.

Given the uniqueness of such measure, the law provides, on one hand, a high level of guarantees, namely the possibility to bring a direct and urgent appeal before the court, and on the other hand, it also creates relevant conditions for the effectiveness of this measure, such as the reversal of the burden of proof and the possibility to waive bank secrecy.

When unjustified wealth leads to evasive behaviour that appears linked to corruption events, it is discussed the need of, besides improving taxation by the institute of evidences of wealth and penalizing the crime of tax evasion, to create a new kind of crime: the illegitimate, illicit or unjustified enrichment.